



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

A razão neoliberal e a produção do espaço: considerações sobre o movimento Parque Jardim América em Belo Horizonte;

The neoliberalism way and the production of space: questioning about Parque Jardim América in Belo Horizonte;

La razón neoliberal y la producción del espacio: consideraciones sobre el movimiento Parque Jardim América en Belo Horizonte

Danilo Caporalli Barbosa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
danilocaporalli@gmail.com

Resumo: A lógica neoliberal assume a produção da cidade a partir do século XX. A biopolítica do biopoder assume a construção de subjetividades e produção do espaço urbano. Em Belo Horizonte, não é diferente, a lógica neoliberal privatiza os espaços e determina seus usos. Entretanto, movimentos como o Parque Jardim América resistem e lutam por uma produção democrática do território. O presente artigo investiga os desafios enfrentados pelo movimento, buscando compreender o neoliberalismo e as biopotências que concomitantemente também produzem o espaço urbano. Partindo dessa premissa entende-se que, apesar do movimento produzir novas potências, ainda é reproduzido as relações de poder.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Biopolítica, Biopotência, Produção do espaço

Abstract: Neoliberalism way assumes the production of the space from the twentieth century. Biopolitics of the Biopower assumes the construction of subjectivities and production of urban space. In Belo Horizonte it is no different, neoliberal way privatizes space and determinate its uses. Despite of that, moviments such as the Parque Jardim América resists and fight for a democratic production of territory. This paper intend to investigate the challenges faced by the biopotências that also produce the urban space. From this analysis it is understood that despite the movement produce new powers, It still is reduced to power relationships.

Keywords: Neoliberalism, Biopolitics, Biopower, Production of space

Resumen: La lógica neoliberal asume la producción de la ciudad a partir del siglo XX. La biopolítica del biopoder asume la construcción de la subjetividad y producción del espacio urbano. En Belo Horizonte no es diferente, la lógica neoliberal privatiza los espacios y determina SUS usos, sin embargo, movimientos como el Parque Jardim América resisten y luchan por una producción democrática del despacio. El presente artículo investiga los desafíos enfrentados por el movimiento, buscando comprender el neoliberalismo y lãs biopotencias que también producen el espadio urbano.A partir de



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

2º SPPGI

este análisis se entiendo que a pesar del movimiento producir nuevas potencias. Todavía se reproducen las relaciones de poder.

Palabras clave: Neoliberalismo, Biopolítica, Biopotencia, producción del espacio.

Introdução

Após a crise da década de 1970, bem como das políticas de bem estar social, o pensamento liberal é reformulado e as políticas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan dão início ao chamado neoliberalismo. A nova razão distancia-se do pensamento clássico, questionando não mais os limites dos governos, mas o controle do mercado sobre a política e a vida em si (DARDOT; LAVAL, 2016). Frente aos avanços da privatização dos espaços urbanos, surgem *movimentos biopotentes*¹ que questionam a nova forma de produção de cidades. *Cidades-espetáculo*, tais como Belo Horizonte, disputam internacionalmente por investimentos e posições de destaque. Em direção a esta lógica, higienizar, gentrificar e promover o empreendedorismo, passam a fazer parte das políticas públicas. A destruição das áreas verdes, ou a substituição do verde natural, pela criação de um verde controlado, faz parte deste processo. Na contramão destas políticas na cidade de Belo Horizonte, o movimento Parque Jardim América, luta pela manutenção do verde natural e pela expansão das áreas arborizadas urbanas.

Com o objetivo de entender as lógicas (re) produtoras e resistentes do urbanismo neoliberal, explorar-se-á o histórico do movimento Parque Jardim América e os desdobramentos de suas ações.

Neoliberalismo e Biopoder

Para desenvolvimento do trabalho aqui proposto, qual seja abordar a razão neoliberal, a biopolítica e a biopotência, implicarão posteriormente na ilustração da cidade de Belo Horizonte como exemplo. Ocorre que investigar a lógica neoliberal, é necessário à abordagem biopolítica, que em seu controle social, contém as contradições geradoras de potências. Dessa maneira, as conceituações dos três termos propostos, assim como suas conexões, traçam um caminho para a investigação do surgimento de movimentos sociais e, por fim, sua cooptação.

A lógica neoliberal não deve ser reduzida a uma ideologia política ou uma doutrina econômica. Não se trata de um novo liberalismo ou uma adaptação das teorias de Adam Smith sobre o livre mercado e o fim do Estado. Ao oposto, o neoliberalismo é a captura do Estado para que este possa servir ao capital. Trata-se de uma razão de mundo, de um complexo sistema que conforma as relações sociais, a produção do espaço, à economia

¹ Assumir-se-á aqui que *Movimentos biopotentes* são aqueles que oferecem resistência ao poder que por sua vez busca controle dos corpos na sociedade. São movimentos sociais que oferecem uma alternativa, mesmo que local e de baixa representatividade, à massificação do modo de produção capitalista, ressignificando assim o papel de cada um dos seus indivíduos.



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

2º SPPGI

e até a produção de subjetividade. Logo, apesar de estarem atrelados um ao outro, o neoliberalismo não se reduz ao sistema econômico.

... o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (...) O neoliberalismo pode ser definido como, o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Assim, é compreensível que diferentemente de uma política econômica, que se estruturada verticalmente partindo do estado para o povo, o neoliberalismo se instala, propagando-se de todas as direções e para todas as direções.

De acordo com Harvey (2005), o pensamento neoliberal, a fim de se tornar dominante, depende da ressignificação de conceitos e visões de mundo. Desta maneira, a lógica neoliberal penetra nas esferas da vida de cada indivíduo, reforçada por eles e finalmente replicada por meio de senso comum.

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento (HARVEY, 2005, p.15).

Em primeira análise, é possível interpretar a partir do pensamento apresentado que a relação entre poder e vida, tornou-se desproporcional. A vida foi tomada pelo poder. Do desejo ao pensamento, dos sentimentos aos relacionamentos, da criação ao lazer, tudo foi tomado e direcionado ao trabalho. O consumo foi alterado, o *like*, é uma nova forma de moeda/desejo, o lazer e o trabalho para determinados seguimentos sociais não podem ser mais dissociados. O poder, que anteriormente vinha de fora, passa a vir de dentro, controlando a vida e os corpos. Conceitua-se assim o biopoder.

Frente ao poder que controla a vida, há a potencia que, imanente ao ser humano, responde o biopoder. Segundo Peter Pál Pelbart (2007 p.22) “Poderíamos resumir esse movimento do seguinte modo: ao poder sobre a vida responde a potência da vida.”. Dá-se à inversão do biopoder o nome de biopotência.

Assim, a biopotência resiste às lógicas neoliberais de produção e se pretende subversiva às relações de poder impostas. O conjunto de corpos que resiste à produção neoliberal do espaço o ressignifica, enquanto o meio urbano é, ao mesmo tempo, produto e produtor destas relações.



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

A Produção Neoliberal do Espaço Urbano e da Natureza Política

A neoliberalização do espaço urbano, apesar de já anunciada por diversos autores, impacta o território cada vez mais. Processos tais como gentrificação, privatização dos espaços públicos e a expulsão do verde urbano, fazem parte da lógica neoliberal de produção do espaço. A cada um desses processos, relacionam-se uma série de dispositivos urbanísticos garantidos pelo Estado-capital, operacionalizando-os e legitimando-os.

Em Belo Horizonte, a lógica de produção do espaço neoliberal faz-se evidente em diversas áreas, para citar algumas no transporte, na habitação, na cultura e na moradia. Entretanto, a investigação aqui proposta abordará os diferentes processos urbanos no tocante à natureza.

Em 2012 foi lançado em Belo Horizonte o programa “BH+Verde”, que em aproximadamente três anos plantou 54 mil novas árvores com um custo de R\$17 milhões, de acordo com a PBH (2015). Ao final do projeto foi propagandeado, no site da prefeitura, que a cidade “conta com 18,22 metros quadrados de área verde protegida por habitante” (PBH, 2015). No entanto, de acordo com a tabela 01, este índice já era de 18,22 em 2010.

| Desenvolvimento Urbano - Meio Ambiente | | | | | | | | |
|--|---------------|------------------|--------------------------|--------------|--------------|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Taxa de Área Vegetada e Índice de Áreas Verdes por Habitante por Região Administrativa (Antigo Limite) | | | | | | | | |
| Belo Horizonte, 2010 | | | | | | | | |
| Região Administrativa* (RA) | Área Total | População | Área Vegetada - 2010 (1) | | | Índice de Áreas Verdes - 2010 (2) | | |
| | (km²) | (hab.) | km² | % | (m²/hab) | km² | % | (m²/hab) |
| Barreiro | 53,47 | 282.552 | 20,55 | 38,43 | 72,73 | 16,53 | 30,92 | 58,52 |
| Centro-Sul | 32,88 | 272.285 | 8,31 | 25,27 | 30,52 | 6,29 | 19,12 | 23,09 |
| Leste | 27,57 | 249.273 | 6,33 | 22,96 | 25,39 | 3,06 | 11,11 | 12,28 |
| Nordeste | 39,43 | 291.110 | 9,38 | 23,79 | 32,22 | 2,97 | 7,52 | 10,19 |
| Noroeste | 37,53 | 331.362 | 2,42 | 6,45 | 7,30 | 0,68 | 1,80 | 2,04 |
| Norte | 33,60 | 212.953 | 12,64 | 38,21 | 60,29 | 4,69 | 13,97 | 22,04 |
| Oeste | 32,20 | 286.118 | 5,27 | 16,37 | 18,42 | 3,39 | 10,52 | 11,84 |
| Pampulha | 46,31 | 187.315 | 13,71 | 29,60 | 73,19 | 3,87 | 8,35 | 20,64 |
| Venda Nova | 28,20 | 262.183 | 4,16 | 14,75 | 15,87 | 1,80 | 6,39 | 6,88 |
| Belo Horizonte | 331,19 | 2.375.151 | 82,97 | 25,05 | 34,93 | 43,28 | 13,07 | 18,22 |

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente; População: Censo Demográfico 2010.

Notas:

*As informações por Região Administrativa estão de acordo com o limite vigente em 2010, anterior à publicação da Lei 10.231/11

1- CONSTITUI INDICADOR PARA ACOMPANHAMENTO DA EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO. Área vegetada é aquela identificada como tal a partir da classificação de imagem TM/Landsat 5 com pixel 30m de 01/08/2010 (Fonte: Guimarães, Cyleno Reis. Evolução e Índice de Proteção das Áreas Vegetadas de Belo Horizonte. Monografia do XII Curso de Geoprocessamento. IGC/UFMG, 2010).

2- No cálculo do índice são computadas somente as áreas verdes protegidas no município. Área Protegida é aquela de propriedade particular ou pública, com cobertura vegetal significativa total ou parcial, e que tem, portanto, seu uso/manutenção assegurados na forma de parques, praças e outros. Para as áreas protegidas municipais, foram computadas as áreas dos parques, praças, espaços livres de uso público municipais e das Reservas Particulares Ecológicas (RPE), além das áreas definidas como Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei 7166/96 e alterações posteriores). Também foram computadas as áreas geradoras de Transferência do Direito de Construir (TDC) destinadas à proteção ambiental (Plano Diretor de Belo Horizonte, Lei 7165/96 - Art. 61, Inciso I). Para as áreas protegidas estaduais, foram computadas as áreas dos parques, estação ecológica e reserva particular do patrimônio natural (RPPN) estaduais.

Tabela 1- Desenvolvimento Urbano – Meio Ambiente

Fonte: PBH 2017

Pode-se verificar também que o índice sofre variações de acordo com as diferentes regionais da cidade, sendo a nordeste a menos provida de áreas verdes por habitante, com apenas 2,04 m². Verifica-se desta maneira a intenção da notícia e do órgão público. Há uma tentativa de criar um discurso verde por meio do termo “Cidade Jardim” além



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

2º SPPGI

de “terceira cidade mais arborizada do país” (PBH, 2015). Entretanto, tal discurso exerce um papel de espetacularização da cidade, objetivando posições de evidência e acirrando a competitividade entre municípios. De acordo com Natacha Rena e Paula Bruzzi (2014, p.164),

O que se tem é a própria negação do conceito de pólis – que se baseia, justamente, na cidade enquanto local privilegiado da vivência política – e a construção, em seu lugar, de um ambiente cenográfico, falsamente homogêneo e consensual. Este espaço-cenário configura o que poderíamos chamar de *cidade-espetáculo*, em uma concepção na qual a cidade, em busca de um lugar de destaque no contexto geopolítico global enquanto cidade turística, histórica ou cultural, implanta processos de pacificação e homogeneização que geram espacialidades extremamente ineficazes em termos de apropriação real.

A cidade de Belo Horizonte, em especial suas áreas verdes, passam por um momento delicado no qual o mercado imobiliário, um dos responsáveis pela redução de áreas permeáveis e cortes de árvores, tem um sensível crescimento até o ano de 2015. Para que houvesse o adensamento da cidade neste período, loteamentos com áreas verdes foram ocupados e a vegetação substituída por edifícios e áreas cobertas. Em meio à expansão imobiliária e a gestão empresarial do município, a natureza é flexionada entre fardo e argumento. A Prefeitura, apesar de sua intensa tentativa de popularização da *cidade jardim*, ainda permite que os empreendedores devastem matas inteiras na cidade.

O Movimento Parque Jardim América, na contramão dos anseios do *Estado-capital*, defende uma destas áreas ameaçadas pela expansão imobiliária. O exemplo, que breve será exposto, faz frente ao biopoder, por meio de dispositivos que subvertem usos, sentidos e desejos. Entretanto, os dispositivos expostos, não fazem uma contestação definitiva do neoliberalismo e a luta acaba por atuar em favor da lógica que a cerca e manutenção do *status quo*, isto é, cooptada.

O Parque Jardim América (*Parque JA*)

O relato aqui apresentado é fruto de três anos de pesquisa e conta com a colaboração de diversos ativistas.

O Movimento Parque Jardim América, teve início em 2011 quando três moradores do bairro Jardim América descobriram que uma grande área verde da região seria devastada. Foi assim formado o GOMeUJA, Grupo Organizado de Moradores e Usuários do Jardim América. Atuando em diversas frentes de trabalho, o grupo criou ações em conjunto com a paróquia do bairro, promovendo festas de rua e palestras sobre a importância da preservação da área. Em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do grupo de pesquisa Indisciplinar, foi executadas uma série de ações populares, como aulões, cartilhas e ampliação da rede de colaboradores. A partir deste contato o nome do grupo passou a ser informalmente conhecido como Movimento Parque Jardim América.



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

A Disputa do Movimento Parque JÁ e o Território

A chácara ou mata do bairro Jardim América, localiza-se na região oeste de Belo Horizonte, próximo aos principais acessos ao centro da cidade. Trata-se de um terreno privado, de 21.528,56 metros quadrados (BELO HORIZONTE, 2012, p.24) que conta com mais de 650 árvores de mais de 100 diferentes espécies (BELO HORIZONTE, 2012, p.235-250) entre nativas e exóticas. O maciço arbóreo é o único do bairro e um dos poucos ainda preservados na regional oeste. Para além da importância da vegetação em si, ressalta-se a importância para todo o contexto urbano. Por conta de sua metragem, do terreno provê uma importante área de infiltração de água de chuva, atenuando possíveis enchentes na região. A densa disposição das árvores permite que pequenos primatas, roedores e pássaros habitem a área com segurança. Para além dos benefícios identificados, é possível antever os prejuízos da perda da área para construção do edifício, os quais serão apresentados em seguida.

O projeto elaborado para o local, conta com duas torres residenciais de 23 andares, 276 apartamentos, 23 lojas, 48 salas comerciais e 752 vagas de garagem (BELO HORIZONTE, 2012, p.9). Com os sistemas viários já saturados em horários de pico, absorver os novos veículos aumenta ainda mais os impactos do empreendimento. No projeto, é prevista a manutenção de parte da área verde na forma de uma praça na área cedida à prefeitura, o que valoriza o próprio empreendimento. Desta forma o lucro é maximizado, isentando o empreendedor de custos por meio da transferência dos mesmos ao estado. É importante ressaltar que segundo o contrato de permuta entre a construtora e a herdeira do terreno, o valor da terra gira em torno de 30 milhões de reais (BELO HORIZONTE, 2012, p.31-46). Montante este que não é atribuído a qualquer melhoria do terreno, por parte dos donos, mas apenas de sua especulação imobiliária oriunda da distribuição de infra-estrutura executada por meio de obras públicas. Isto é, a propriedade nunca exerceu a *função social da terra* (BRASIL, 1988), não há moradores, não há comércio ou qualquer outra atividade que não especulativa.

O grupo de moradores do bairro que se uniu para formar o Parque Jardim América, conta com diferentes profissionais, de diversos posicionamentos políticos. Entretanto, destacam-se algumas semelhanças na maioria do grupo. Com poucas exceções, o núcleo mais assíduo é formado principalmente de funcionários públicos ou aposentados. Destaca-se também que apesar de algumas exceções, a maior parte do grupo já citado compartilha de privilégios e acessos garantidos à classe média. Há dentre os membros do grupo uma predominância de posicionamentos políticos de esquerda. No entanto, há uma minoria relevante que se posiciona à direita. A partir da compreensão desta

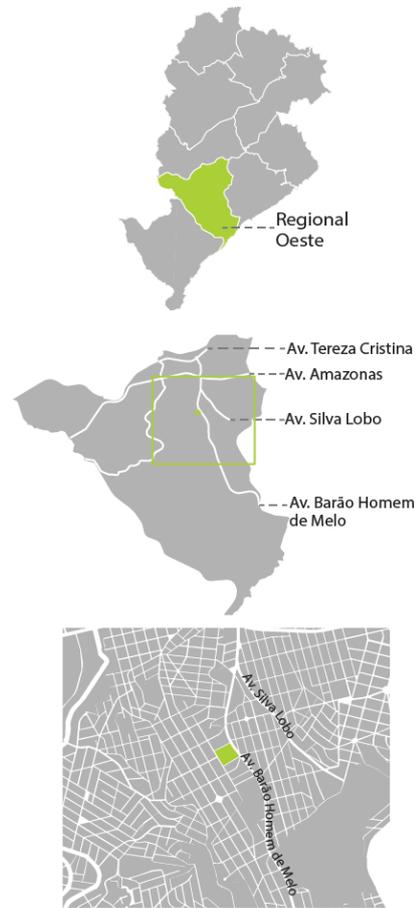


Figura 1

Fonte: Arquivo Pessoal



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

diversidade dentro do grupo, é possível entender como funciona a luta. Os dispositivos, reflexos do grupo que os conformam, expõem os desafios internos e externos da luta, ao mesmo tempo em que subvertem usos e conceitos do território.

Desafios da Luta

Demandas emergenciais são frequentes e determinantes para enfraquecimento da luta. O exemplo disso são as audiências públicas e reuniões com órgãos da prefeitura que são convocadas repentinamente. Para lidar com este desafio, o movimento busca estar sempre articulado e ativo, criando eventos próprios e envolvendo novos atores na rede. Apesar disso, o Esvaziamento, representa outro desafio. É frequente a desmobilização de alguns ativistas. É também comum a entrada de novos membros, entretanto, o afastamento voluntário de pessoas ativas carrega para os demais a sensação de desesperança e frequentemente é precedido de uma divergência interna. Como já exposto, há divergências entre posicionamentos políticos, de modo que em um contexto de decisão horizontal, foi determinado que não houvesse posicionamento político partidário do movimento. Entretanto, tal decisão não atenuou as divergências. Um exemplo, que se estende já há alguns anos, é sobre o posicionamento do movimento quanto à situação de um morador de rua que habita próximo à chácara. Parte do grupo acredita que ele deva ser ajudado, parte acredita que ele deva ser removido do local e parte não se posiciona. Neste ponto, ressalta-se o que já pode ser óbvio para alguns: a luta por direito à cidade não se constrói necessariamente sobre as bases de um discurso de classe. Entretanto, sobre esta base é que se consolida a luta contra a produção neoliberal do espaço. Desta forma, o impasse sobre a atuação provoca alongadas discussões que findam em desavenças e estagnação frente à causa.

Outro desafio que o grupo enfrenta é o assédio político-partidário, principalmente em anos eleitorais. Para lidar com tal situação, foi estipulado que o Movimento Parque Jardim América não se compromete com candidatos, mas aceita quaisquer apoiadores. Em 2016 os dois candidatos a prefeito mais votados ofereceram seu apoio à luta. Em agosto de 2017 o movimento convocou uma reunião para apresentação de uma proposta de solução para a chácara. Encontro em que foi cobrado do prefeito eleito que cumprisse com o prometido de proteger a área verde durante o mandato.

O desafio financeiro é, talvez, o que gere mais processos criativos biopotentes. Não há apoio financeiro ao movimento por nenhuma instituição. A única forma renda é uma contribuição voluntária dada por alguns membros do movimento. Apesar do pouco dinheiro destinado às ações, como cafés solidários, Aulões² com técnicos e reuniões, as soluções giram em torno de como conseguir doações e não de como arrecadar mais. Assim, é comum que vizinhos emprestem as casas para que se guardem mesas e cadeiras, que cada um leve um pequeno lanche para as confraternizações e principalmente, que se utilize do espaço público da rua em frente à mata. O apoio

² Aulão é um dispositivo, utilizado pelo grupo Indisciplinar para exposição pública de informações, pesquisas, técnicas e táticas do poder público. Trata-se de uma aula (de longa duração) expositiva e interativa, ministrada em ambientes públicos para populações locais.



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

2º SPPGI

técnico, concedido gratuitamente por ativistas e membros da comunidade acadêmica colabora para contornar o desafio financeiro.

Os desafios identificados são mutuamente causas e consequências uns dos outros. Apesar de identificados como desafios, trata-se de esferas do biopoder que preponderantemente atacam a conformação da luta. Frequentemente a construtora da forma ao biopoder, outras vezes a roupagem de Estado o conforma, entretanto é a partir dos próprios ativistas que emana parte do poder sobre as ações. “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1985, p. 89). A exemplo evidencia-se a ação junto ao Ministério Público, que a fim de negociar a preservação da área verde com a empresa responsável, lança mão de uma Operação Urbana Simplificada, que apesar de proteger a chácara, impõe ao bairro o empreendimento.

Momento atual da luta, propostas.

A Operação Urbana Simplificada, sempre motivada por interesse público, destina-se a viabilizar intervenções tais como: tratamento urbanístico de áreas públicas; abertura de vias ou melhorias no sistema viário; implantação de programa habitacional de interesse social; implantação de equipamentos públicos; recuperação do patrimônio cultural; proteção ambiental; reurbanização; amenização dos efeitos negativos das ilhas de calor sobre a qualidade de vida; regularização de edificações e de usos; requalificação de áreas públicas (INDISCIPLINAR, 2017).

No dia 1º de agosto de 2017, em reunião na Procuradoria Geral do Município o grupo de ativista do movimento Parque Jardim América, se reuniu com o prefeito em exercício, o Procurador-Geral do Município, e a Promotora de Justiça do Meio Ambiente. Em uma breve contextualização sobre o processo existente contra construtora trata-se de uma ação civil pública na qual se pede a condenação da empresa em não executar a obra. Sob estes termos, o ministério público conseguiu em 2012 que qualquer continuação no processo de desmatamento da área fosse interrompida até o fim da ação judicial. Em Junho de 2017 foram abertas as alegações finais, indicativo de que se concluiria o processo em pouco tempo. A partir desta movimentação do processo foi convocada a reunião para que fossem definidas novas estratégias. Foi então proposto pela promotora que, para dar início a etapa de negociação, fosse feitas concessões quanto à preservação da mata. Na condição de assistentes Litisconsorciais da promotoria, os ativistas negaram a proposta. Entretanto uma contraproposta, esta sim incluindo uma *Operação Urbana Simplificada*³, foi apresentada. A proposta foi: para a preservação da área, deve ser feita uma OUS que permite a *Transferência do Direito de*

³ A *Operação Urbana Simplificada* é um instrumento previsto pelo Plano Diretor de Belo Horizonte. Similar à Operação Urbana Consorciada (OUC), o poder público em parceria com a iniciativa privada, propõe flexibilização da Lei de Uso e Ocupação do solo. Distingue-se da OUC por não prever alterações estruturais, além de não necessitar de previsão espacial no Plano Diretor.



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

2º SPPGI

*Construir*⁴ do terreno em questão, para um lote ao lado da chácara. Para criação da proposta foi averiguado que a posse do terreno ao lado é da mesma pessoa. Verificou-se também a existência de poucos espécimes arbóreos no local. Desta maneira, a construtora teria à disposição um coeficiente construtivo mais alto, permitindo maior exploração do terreno ao lado da chácara. Em troca de tal coeficiente caberia à construtora a criação para o parque. A proposta aqui explicitada, até o momento do presente artigo, ainda não havia sido apresentada para o empreendedor. Cabe assim analisar os termos propostos pelo grupo que tenta resistir à razão neoliberal de produção de espaço.

Razão neoliberal e cooptação

Do ponto de vista da problemática urbana já explicitada, a presença de uma torre no terreno ao lado, ainda que de menor tamanho, mas de grande porte, não é uma solução e sim uma concessão. Levando em consideração a infiltração de água no solo, atualmente ambos os terrenos desempenham tal papel. A partir da proposta um deles deixará de fazê-lo.

Outra consideração importante sobre a OUS é a pressão criada pelo Ministério Público para a solução do processo. O movimento conta com apoio técnico e jurídico gratuito. Por outro lado, a construtora paga pela sua defesa. Há no contrato entre construtora e dona do terreno uma cláusula que garante ao empreendedor o direito de arrendimento em caso de dívida com o município ou disputas judiciais sobre a terra. Seria compreensível entender que quanto mais extenso for o processo, menos interessada estaria a construtora. No entanto, o Estado, na figura da procuradoria, apesar de auxiliar no ajuizamento da ação, compõe resistência à própria luta ao pressionar tanto para celeridade processual quanto para a concessão e acordo de ambas as partes. Cabe também reforçar que durante a reunião, a prefeitura, na figura do prefeito, estava presente e se comprometeu com a preservação da mata. Contudo, a menos que as licenças prévia e ambiental fossem anuladas, nada caberia ao Executivo fazer. Assim, pediu-se que as secretarias e órgãos responsáveis pela emissão das licenças revogassem-nas. O prefeito então assume uma postura leiga relatando que fará a tentativa, mas que não poderá assumir as decisões técnicas de sua secretaria.

A lógica do neoliberalismo assume aqui a forma de solução única, cooptando o movimento no dado momento e fortalecendo a produção do espaço aos seus moldes.

Considerações Finais

Considerando a experiência do movimento Parque JA, os dispositivos de resistência e seus desdobramentos, avalia-se que a lógica neoliberal, os ressignifica, subvertendo-lhes em novas formas de poder. O exemplo da proposta de Operação Urbana Simplificada

⁴ A *Transferência do Direito de Construir* é um instrumento previsto pelo *Estatuto das Cidades* que permite que um ente, público ou privado, exerça o direito de construir em um terreno em outra localidade.



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais

Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

2º SPPGI

busca dar uma solução à preservação da mata do jardim América. No entanto, os campos de conflitos como transporte, geração de resíduos e impermeabilização do solo, seguem impactando a paisagem da cidade. Não há aqui um posicionamento de objeção à proposta, de conciliação já que esta aparenta ser a melhor resolução dentro do espectro do possível. Entretanto é importante evidenciar que a negociação representa uma derrota das propostas originais.

Desta maneira, assume-se a fragilidade das potências, ainda que representativas e significantes. As formas de cooptação do movimento Parque Já, aqui apresentadas, coincidem com relatos recentes de outros movimentos ambientalistas. Desta maneira, propõe-se para investigações futuras, abordar novos movimentos, dispositivos e mapear formas de cooptação. Questiona-se também o impacto que possíveis discursos de classe, ou aproximações declaradas a partidos políticos, poderiam gerar mais coesão ou repulsa nos membros do movimento. Há de se investigar se em movimentos urbanos, a presença de uma luta de classe associada à luta ambiental, pode atenuar ou eliminar o assédio neoliberal, afetando assim as conquistas do grupo.

Apesar da ubiquidade neoliberal, a potência surge de todos e de cada um. A luta é árdua, porém a potência e a resistência iluminam caminhos para uma sociedade mais justa.

Referências

BELO HORIZONTE. 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal. **Processo 01-109.712-12-70**, 8476.625-00 MASB 19 empreendimento imobiliário LTDA, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRUZZI, Paula; RENA, Natacha. **Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano**, Lugar Comum, N°43, Rio de Janeiro, 2014, pp. 163-180

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016). **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. v. 1.

HARVEY, David (2005). **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola.

INDISCIPLINAR. (2017), disponível em: http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=15

Acesso em: 01 de setembro de 2017

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica**. Revista Sala Preta, N° 7, São Paulo, 2007, p 57-66, Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=204524&pIdPlc=&app=salanoticias>



Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais
Patrimônio, Paisagem e Tecnologia: uma visão interdisciplinar para as cidades

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, **Tabela, Desenvolvimento Urbano- Meio Ambiente**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=hta-t010b.xls> Acesso em: 30 de agosto de 2017